

Ata n.º 2



Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (DPGRH), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos 13 dias do mês de outubro de 2022, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 19 de julho de 2022, deu seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: Dália da Conceição Gralha Ribeiro, Diretora de Serviços de Administração;

1ª Vogal Efetiva: Maria Carolina Paixão Varela Ribeiro, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos, que substituirá a Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2º Vogal Efetivo: Rui Miguel Inácio Pereira, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos.

A Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. Análise das candidaturas

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

V. Notificação aos candidatos

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 2 candidatas a seguir identificadas:

- Ana Catarina de Matos Silvestre
- Maria Justina Rodrigues Nascimento

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atual, e da Oferta de Emprego n.º OE302209/0717, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 22 de setembro de 2022.

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento a candidata:

- Ana Catarina de Matos Silvestre

2. O júri deliberou a intenção de excluir do presente procedimento a candidata a seguir identificada, pelo motivo elencado:

- Maria Justina Rodrigues Nascimento, por apresentar habilitação não compatível com o determinado na Oferta de Emprego n.º OE302209/0717, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 22 de setembro de 2022, designadamente no n.º 7.5 Requisitos Específicos: Nível Habilitacional – Licenciatura na área das Ciências Jurídicas.



III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

Relativamente à candidata admitida ao presente procedimento concursal, Ana Catarina de Matos Silvestre, e analisada a respetiva candidatura, verificou-se que se encontra no desempenho de funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, pelo que, conforme disposto na alínea a) do número 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Oferta de Emprego com o Código: OE302209/0717, ser-lhe-ão aplicados, como métodos de seleção, a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), e considerando que a candidata, em sede própria, não afastou a aplicação do método Avaliação Curricular (AC).

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 7 de novembro de 2022, pelas 10H30 para a Avaliação Curricular (AC) e pelas 11H30 para a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém.

V. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação das candidatas, através de correio eletrónico com recibo de entrega, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

Dália da Conceição Gralha Ribeiro

1ª Vogal Efetiva

Maria Carolina Paixão Varela Ribeiro

2º Vogal Efetivo

Rui Miguel Inácio Pereira